



-----ATA Nº7/2015-----

-----Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um: Apreciar e votar os documentos de prestação de contas de 2014;-----

-----Ponto dois: Aprovar o orçamento rectificativo para o ano 2015 e as modificações ao PPI “Plano Plurianual de Investimentos”;-----

-----Ponto três: Autorização para a celebração de contrato de execução de delegação de competências – em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros e de realização de pequenas reparações, nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;-----

-----O presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a substituição do eleito da Coligação Juntos por Guimarães, José Rui Barroso, por Pedro Canário. A deputada eleita pela CDU, Balbina Pimenta, também na impossibilidade de estar presente, foi substituída por Liliana Oliveira. -----

-----Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e uma abstenção, por ausência, da deputada da CDU.-----

-----Iniciou-se o período antes da ordem do dia, que registou três intervenções.-----

-----O eleito da CDU, Alberto Pereira, questionou a razão pela qual, os dois focos laterais na zona envolvente da capela de S. Brás estão desligados e a falta de limpeza da vegetação na variante Brito-Pavidém, que causa uma imagem negativa a quem entra na Vila.-----

-----A segunda intervenção foi feita pela eleita da CDU, Anabela Pereira, que questionou a Junta sobre o valor que está a cobrar no preenchimento e envio da declaração eletrónica do IRS, que segundo a tabela de taxas em vigor é um serviço gratuito.-----

-----Coube depois a palavra ao eleito do PS, José Lemos, que referiu que na Rua do Bairro não há iluminação e questionou a Junta se poderia intervir na resolução desta situação.-----

-----O Presidente da Junta, Angelino Salazar, começou por esclarecer o deputado da CDU, Alberto Pereira, informando que questionou a EDP sobre a responsabilidade da reparação dos focos, na zona envolvente da capela de S. Brás, e a mesma informou que a área envolvente era de domínio privado. Mesmo assim, o Sr. Henrique (funcionário da EDP) fez a reparação dos focos que foram possíveis, visto que um deles estava com cadeado e o outro vandalizado, não conseguindo desta forma solucionar na totalidade o problema da iluminação. O Presidente da Junta agradeceu e enalteceu a disponibilidade do Sr. Henrique para ajudar a Freguesia, visto que não é da responsabilidade da EDP a respetiva reparação. Quanto à limpeza da variante Brito-Pavidém, o presidente, Angelino Salazar, referiu que a Junta continua a insistir, regularmente, junto da Câmara Municipal para proceder à limpeza da variante, mas de facto a mesma ainda não foi concretizada.-----

-----No que se refere à intervenção da eleita da CDU, Anabela Pereira, o Presidente da Junta esclareceu que, em relação ao preenchimento da declaração eletrónica do IRS, o serviço continua a ser gratuito, apenas a impressão da declaração é que tem custo e que é o constante da tabela em vigor.-----

-----A eleita da CDU, Anabela Pereira, afirmou que a Junta estava a cobrar a mais na impressão do comprovativo de IRS, baseando-se no valor contante na tabela de taxas de cinquenta cêntimos por página, o que fazendo as contas dá um euro para uma declaração sem anexo H e a Junta cobra dois euros e dois euros para uma declaração com anexo H e a Junta cobra três

euros. Criticou ainda a Junta por tornar obrigatória a impressão do comprovativo do IRS, quando se sabe que muitas pessoas não precisam, nem o solicitam, havendo assim um gasto de papel desnecessário e contrário à defesa do ambiente. Em resposta, o Presidente da Junta reafirmou que a Junta estava a cobrar o valor constante na tabela de taxas em vigor e que a impressão não é obrigatória mas sim facultativa. -----

-----Quanto à intervenção do eleito do PS, José Lemos, o Presidente da Junta esclareceu que ainda não foi possível reparar a iluminação na Rua do Bairro, e prometeu que continuaria a insistir com a EDP, no sentido de solucionar a situação.-----

-----O deputado da CDU, Alberto Pereira, reforçou que a zona envolvente da capela de S. Brás esteve sem iluminação durante um ano, só na Romaria de S. Brás é que alguns focos foram ligados. O Presidente da Junta voltou a frisar que a área envolvente da capela de S. Brás, é de domínio privado, por este motivo a EDP diz que não tem responsabilidade nesta reparação e só o fez para dignificar a Romaria, e daqui para a frente não irá fazê-lo e voltou a frisar que a intenção da EDP era reparar os quatros focos, mas só não o fez porque um deles estava vandalizado e o outro com cadeado. O eleito da CDU, Alexandre Marques, interveio pois não estava esclarecido sobre os valores cobrados pela Junta na impressão da declaração de IRS, que são superiores ao estabelecido na tabela de taxas. Quanto ao problema da iluminação da Igreja de S. Brás, referiu que o Executivo anterior assumiu sempre as responsabilidades das intervenções efetuadas na área envolvente à capela de S. Brás já que a sua requalificação foi objeto de obra protocolada com a Câmara Municipal. O Presidente da Junta esclareceu o deputado, Alexandre Marques, no que se refere ao valor cobrado pela impressão da declaração do IRS, que era o valor constante na tabela e reforçou, novamente, que o adro da igreja não é domínio público, pelo que não pode o executivo ser responsável pela resolução do problema da iluminação.-----

-----Deu-se início à ordem de trabalhos.-----

-----Para o ponto um da ordem de trabalhos, foi registada uma intervenção. O eleito da CDU, Manuel Pinto, constatou que a análise do documento pode ter várias leituras, a leitura técnica e a leitura política. Na leitura técnica, refere que é uma leitura de números e questionou o desaparecimento da rubrica 050201 (juros), dizendo não perceber a razão, dado que a Junta recebeu juros do dinheiro à ordem. No que se refere à leitura política, referiu que este documento veio dar razão às críticas colocadas pelos elementos da CDU, aquando da aprovação do orçamento apresentado em Dezembro último, em relação à inscrição do saldo orçamental, que só deveria ser feito em orçamento rectificativo, de modo a evitar valores incertos, como veio a acontecer. O eleito da CDU referiu ainda que, pela primeira vez desde a existência do Poder Local Democrático, a Junta de Freguesia apresenta contas com um valor em dívida.-----

-----Na análise técnica dos documentos, tomou a palavra o tesoureiro da Junta, Paulo Carvalho, que esclareceu o deputado dizendo que, a título de exemplo, no ano 2014 as aplicações feitas no banco BPI renderam catorze euros de juros, visto que as taxas continuam muito baixas, na ordem dos 0,25% e a Junta entendeu retirar essa rubrica no orçamento de 2015. Sobre a parte política, o presidente da Junta, Angelino Salazar, referiu que a diferença no saldo da gerência, tem a ver com o facto de que à data do documento, 31 de dezembro, a Junta tinha a indicação do Município da transferência do valor dos protocolos. Dado que não foi possível ao Município transferir, até 31 de dezembro, o valor devido do protocolo do contrato interadministrativo da obra da Rua da Cabreira e do valor dos tradicionais duodécimos, surge esta diferença no saldo,

esclarecendo, assim, que não houve nenhum erro. Referiu ainda que a Junta não criou dívida visto que no exercício houve mais receita do que despesa, ao contrário do exercício do anterior Executivo, o que houve foi apenas uma transferência de despesa corrente para despesa de capital. O deputado da CDU, Manuel Pinto, insistiu que o documento que a Assembleia tinha de aprovar tem uma dívida e a Junta devia precaver-se e assumir os gastos para assumir os compromissos. Referiu ainda, que o que estávamos a discutir era a aprovação de um documento com dívida e questionou a Junta se a criação da rubrica 030601, outros encargos financeiros, tinha a ver com essa dívida.-----

-----O Presidente da Junta respondeu que a Junta não tem nem fez dívida e insistiu que o Município não fez atempadamente a transferência do valor dos protocolos e que a Junta terminou com um saldo positivo. Quanto à rubrica 030601, o Presidente da Junta, comunicou que esclarecerá a abertura da mesma, no ponto dois da ordem de trabalhos e não no ponto um, visto que é nesse ponto a que se refere a rubrica.-----

-----O Presidente da Mesa pôs à votação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado, por maioria, com oito votos favoráveis, sendo seis da Coligação Juntos Por Guimarães e dois do PS e cinco votos contra dos eleitos da CDU.-----

-----Prosseguindo para o segundo ponto da ordem de trabalhos, o eleito da CDU, Alexandre Marques, pediu esclarecimentos sobre a rubrica 030601, questionando quais os encargos financeiros que iriam ser introduzidos. Acrescentou ainda que não podia analisar o PPI, pois não tinha a documentação completa, referindo que pela paginação do documento, este é constituído por duas páginas, sendo que os deputados da Assembleia só rececionaram apenas uma página.-----

-----Perante o erro detetado nos documentos propostos para aprovação, o Presidente da Mesa suspendeu por uns minutos a Assembleia, enquanto a Secretária do Executivo se ausentou para tirar as fotocópias do restante documento para entregar a todos os elementos da Assembleia, tendo-se verificado que a página dois, apenas se referia à parte das assinaturas e à soma dos totais do PPI. Depois da receção do documento em falta, o Presidente da Junta pediu desculpa à Assembleia, justificando que foi um lapso de impressão. Para esclarecer o deputado, Alexandre Marques, o Presidente da Junta referiu que a rubrica 030601 foi criada para a aquisição do TPA para o Espaço do Cidadão que será inaugurado em 20 de maio, aproveitando para convidar todos os presentes para esta inauguração. Salientou que a Junta de Selho S. Jorge foi a única que manifestou alguma resistência para a aquisição deste aparelho, devido aos encargos financeiros inerentes, pois seria a Junta a ter de suportar toda essa despesa. O Presidente da Junta anunciou também que desde o dia 23 de março, a Junta passou a receber as apresentações quinzenais de todos os utentes de Selho S. Cristóvão, Gondar e Cadoso S. Martinho, por extinção deste serviço na freguesia de Selho S. Cristóvão. O eleito da CDU, Alexandre Marques, disse que a página em falta do PPI fornecida vem confirmar que os números não batem certos, pois o total do PPI tem que ser igual ao das despesas de capital, verbas para investimento e finalizou, considerando que, se realmente a aquisição do TPA era um dos requisitos para que as freguesias fossem contempladas com o espaço do cidadão, a Junta teria de suportar esse custo, considerando-o como uma obrigação.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi posto à votação o ponto dois, tendo sido aprovados por maioria, com oitos votos a favor, sendo seis dos eleitos pela Coligação Juntos Por Guimarães e dois dos eleitos do PS e cinco votos contra dos eleitos da CDU. -----

-----De seguida, foi posto à votação o documento constante do terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Presidente a Assembleia pôs à votação a aprovação da ata em minuta, apenas no que se refere ao ponto três, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, não se verificando qualquer registo.-----

-----Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Machado, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos.-----

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_